

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

PREÂMBULO

- 1 – DO OBJETO
- 2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 3 – DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO
- 4 – DOS ENVELOPES
- 5 – DO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO
- 6 – DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS” E “HABILITAÇÃO”
- 7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS
- 8 – DA HABILITAÇÃO
- 9 – DA SESSÃO DE JULGAMENTO
- 10 – DA FASE DE LANCES
- 11 – DO JULGAMENTO
- 12 – DO RECURSO
- 13 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
- 14 – DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS I A II

MODELOS 1 A 4

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013

PREÂMBULO

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, doravante denominada **AL/TO**, através do Pregoeiro, designado mediante Decreto Administrativo nº. 0364/2013, de 05/03/2013, da Presidência da AL/TO, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** autorizada nos autos do Procedimento Administrativo nº 00461/2013, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para contratação de empresa para prestação de serviços de telecomunicações, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários (hardwares, softwares, instalações, configurações, e treinamentos) para a implementação de link de internet e dados, através de rede sem fio (wi-fi) nas dependências da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, que se subordinam às normas gerais das Leis nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93 e no que couber, do Decreto Administrativo nº 157/2008-P e do Decreto Federal nº. 3.555/2000, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES “CREDENCIAMENTO”, “PROPOSTA DE PREÇOS” E DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

DIA:	08 de outubro de 2013.
HORÁRIO:	14h30min. (quatorze horas e trinta minutos) (horário LOCAL).
LOCAL:	Sala de reuniões da CPL AL/TO – Praça dos Girassóis.
RETIRADA DO EDITAL:	Disponível, gratuitamente, na página oficial da AL/TO: www.al.to.gov.br , ícone “licitação”.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços de telecomunicações, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários (hardwares, softwares, instalações, configurações, e treinamentos) para a implementação de link de internet e dados, através de rede sem fio (wi-fi) nas dependências da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, nas quantidades informadas no projeto básico, anexo I deste edital.

1.2. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste Edital e seus anexos.

2.2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, consórcio, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (AL/TO), bem como aqueles constantes do art. 9º da Lei nº 8.666/1993.

3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

3.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação.

3.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, devendo ser dirigido e entregue diretamente ao Pregoeiro responsável pelo certame.



3.1.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser dirigidos ao Pregoeiro do certame, devidamente digitado e assinado pelo representante legal da licitante, utilizando-se o Pregoeiro, no que couberem as áreas técnica e jurídica desta Casa de Leis.

3.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. Caso a decisão não possua o poder de modificar substancialmente a formulação das propostas a serem apresentadas, não representando, pois, uma inovação e sim esclarecimento, não se fará necessário o adiamento da abertura da sessão.

3.3. A participação no certame licitatório, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados, das condições nele estabelecido.

4. DOS ENVELOPES

4.1. O interessado ou seu representante legal deverá apresentar-se, na data, hora e local estipulado neste instrumento convocatório, munido dos seguintes documentos:

- a) Envelope nº 1 - Documentação referente ao Credenciamento;
- b) Envelope nº 2 – Proposta de Preços;
- c) Envelope nº 3 – Documentos Habilitatórios.

4.2. Os documentos a serem apresentados deverão:

- a) quando cópias, conter registro de autenticação efetuado em cartório ou por servidor da Comissão Permanente de Licitação desta Casa de Leis:
 - a.1)** A autenticação, quando feita por servidor integrante da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa, será efetuada, em horário de expediente, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na sede da Assembleia Legislativa, Praça dos Girassóis – Centro - Palmas – TO, ATÉ ÀS 18:00 HORAS DO DIA ÚTIL IMEDIATAMENTE ANTERIOR À DATA DA SESSÃO DE ABERTURA.
 - a.2.)** A Comissão Permanente de Licitação somente autenticará documentos com a apresentação dos originais.
 - a.3)** Serão aceitos documentos retirados via Internet, cuja extração encontra-se devidamente regulamentada pela autoridade competente, sendo que entrega de documentos falsos ensejará em aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- b) ser, preferencialmente, encadernado, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, numerados sequencialmente em ordem crescente, em uma única via, sem borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.**

4.3. Nenhum documento poderá ser substituído ou acrescentado durante a sessão.

5. DO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá apresentar obrigatoriamente todos os documentos referentes a Documentação de Credenciamento **em envelope lacrado**, tendo na parte frontal os seguintes dizeres:

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013
ENVELOPE Nº 1 – CREDENCIAMENTO
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, CONSTANDO: RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO)

5.2. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante, devidamente identificado e credenciado, o qual será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.



5.2.1. O Credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) Declaração do licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme **MODELO 1**, em atendimento ao art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002.

a.1) A empresa que optar por não credenciar representante, ainda assim deverá enviar o Envelope nº 1 contendo a respectiva Declaração;

a.2) A licitante que não apresentar a Declaração encontrar-se-á automaticamente descredenciada e impedida de participar do certame, face o descumprimento de exigência legalmente prevista (art. 4º, VII, primeira parte, da Lei Federal nº 10.520/2002).

b) **Carta ou Procuração** por instrumento público ou particular, assinado por seu representante legal constituído, **com firma reconhecida em cartório**, atribuindo-lhe poderes para praticar todos os demais atos do certame, conforme **MODELO 2**.

b.1) Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, torna-se dispensável o presente documento.

c) Estatuto ou Contrato Social em vigor.

c.1) Em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, o Estatuto ou Contrato Social em vigor deverá ser acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

e) Cédula de Identidade ou documento equivalente do representante, devidamente autenticado.

f) **Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP**, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial** (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO VALIDADA PELA JUNTA COMERCIAL**, e;

g) **Declaração da empresa que a mesma está enquadrada como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (art.3º da Lei Complementar nº. 123/2006); MODELO 3.**

g.1) A certidão/declaração expressa na letra “f” deste item , deverá ter sido emitida neste exercício, ou seja, em 2013, sob pena de não aceitabilidade.

OBSERVAÇÃO – A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

5.2.2. A exigência contida nas alíneas “c” e “d” tem por objetivo verificar a compatibilidade entre o ramo de atividade da licitante e o objeto licitado, a fim de evitar a continuidade do certame com empresas que não cumprem os requisitos exigidos no presente Edital.

5.3. Na fase de credenciamento será permitido ao representante da empresa licitante retirar os documentos necessários que porventura estejam dentro dos envelopes de proposta e/ou de habilitação para providenciar as cópias para complementar a documentação para o credenciamento, devendo em seguida lacrar os referidos envelopes.

5.4. A licitante *descredenciada* encontrar-se-á impedida de manifestar-se nas fases seguintes, o que não a impede de recorrer da decisão que rejeitou seu credenciamento, devendo manifestar imediata e motivadamente o interesse recursal ao final da sessão.

6. DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS” E “HABILITAÇÃO”.

6.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes de “Proposta de Preços” e “Habilitação” será pública e realizada de acordo com o que estabelecem a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, em conformidade com este Edital e seus anexos.



6.2. Na data e hora agendadas, constantes do Preâmbulo do presente Edital, o interessado ou seu representante legal deverá se credenciar junto ao Pregoeiro na forma do item 5.

6.3. Aberta a sessão, os proponentes, credenciados ou não, entregarão ao Pregoeiro, toda a documentação, momento em que, com o ato do Credenciamento, dar-se-á início à sessão.

6.3.1. Aberta a sessão, não mais serão admitidos novos proponentes.

6.4. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo, não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Os proponentes deverão apresentar obrigatoriamente em *envelope lacrado*, tendo na parte frontal os seguintes dizeres:

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, CONSTANDO: RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO)

7.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e em real, com no máximo de duas casas decimais após a vírgula, vistada em todas as folhas, sendo a assinatura na última folha. E dela deve constar:

a) razão social, endereço, indicação do CNPJ e dados bancários – banco, agência e respectivos códigos e número da conta corrente para efeito de emissão de Nota de Empenho e posterior pagamento, se for o caso;

b) descrever detalhadamente as especificações do objeto de forma clara e nas características técnicas necessárias;

b.1.) Conter especificações detalhadas do objeto proposto, fazendo constar características técnicas que permitam aferir as especificações do Projeto Básico.

c) Prazo de entrega / prestação dos serviços, não podendo ser superior ao exigido no PROJETO BÁSICO – Anexo I;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão.

7.3. A licitante deverá informar nas tabelas de preços do Anexo I, os valores a serem praticados na vigência do contrato. Os preços cotados deverão ser obrigatoriamente expressos em real (R\$) e deverão abranger todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, neles estando incluídos todos os impostos, taxas, mão de obra, equipamentos, materiais, peças, frete, seguro, manutenções, deslocamento de técnicos e diárias, obra civil e quaisquer outras, ressalvada a hipótese prevista no artigo 65, §5º, da Lei Nº 8.666/1993.

7.3.1. Os preços de todos os serviços deverão ser detalhados, com no mínimo as informações constantes das planilhas de preços estimados sob pena de desclassificação da proposta da licitante. Será vencedora do certame a licitante que apresentar o menor valor global para o somatório total dos preços.

7.4. O Pregoeiro verificará, de imediato ou oportunamente, se as referidas Propostas de Preços encontram-se substancialmente adequadas aos termos do Edital, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo, nos termos dos artigos 44 e 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. Havendo discrepância entre o valor indicado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último. Igualmente, se houver discrepância entre o valor unitário e o total, prevalece aquele.

7.6. Para efeito de comparação e avaliação dos custos, os erros aritméticos e de indicações básicas, porventura detectados, desde que não constituam desvios materiais ou restrições, poderão ser corrigidos e ajustados para efeito de regularização, sem alteração do valor total da Proposta.



7.7. A licitante que não concordar ou não atender o prazo avençado pelo Pregoeiro para a correção, ou apresentação de nova proposta readequada, terá sua proposta desclassificada.

7.8. Serão **desclassificadas** as Propostas que:

- 7.8.1. Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- 7.8.2. Apresentarem quantias irrisórias ou de valor zero, incompatíveis com a prática de mercado;
- 7.8.3. Não atendam integralmente às exigências deste Edital e de seus Anexos.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Com vistas à habilitação na presente licitação, os proponentes deverão obrigatoriamente apresentar em *envelope lacrado*, contendo na parte frontal os seguintes dizeres:

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013
ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, CONSTANDO: RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO)

8.1.1. Os documentos de Habilitação, conforme abaixo relacionados, deverão ser apresentados em uma única via e, preferencialmente, deverá ser: numerada, acompanhada de folha de rosto indicando o número da página onde o documento acha-se inserido, em envelope lacrado, identificado com o nº 03, devendo conter a documentação abaixo relacionada, que devem estar dentro do prazo de validade vigente.

8.1.2. A documentação de Habilitação deverá:

- a) estar em nome da licitante (matriz ou filial); e,
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente.

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Obs.: A apresentação dos documentos exigidos neste subitem torna-se dispensável ao licitante que efetuou, satisfatoriamente, o credenciamento (item 5.2).

8.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos municipais / distrital relativamente à sede ou domicílio do proponente;
- d) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos estaduais / distrital relativamente ao estabelecimento do proponente;

- e) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de quitação de tributos federais, incluindo a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- f) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de regularidade das Contribuições Previdenciárias - INSS;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - b1) a licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência autenticado pela Junta Comercial;
 - b2) entenda-se por “na forma da lei”:
 - I sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69);
 - II sociedades empresárias: especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/76: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/76);
 - III sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

8.4.1. A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

- a) do balanço referido na alínea b do item 8.4, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de serem maiores que um (>1):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) das demonstrações contábeis referidas na alínea b1 do item 8.4, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um (> ou = a 1):

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

8.4.2. Os índices de que tratam as alíneas a e b do item 8.4.1 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) **Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação.**

8.5.1. A empresa deverá apresentar Carta, assinada por Sócio, ou pessoa legalmente habilitada, claramente afirmando que:

a) **Encontra-se ciente das condições da licitação, assumindo responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo Pregoeiro;**

b) **Não existe no quadro funcional do proponente, funcionário menor de 18 anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou funcionário menor de 16 anos, a não ser na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e art. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.**

8.5.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e, obrigatoriamente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

8.5.3. **As certidões** que não declararem expressamente o período de validade, para os fins desta licitação, deverão ter sido emitidas nos **30 (trinta)** dias imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “Proposta” e “Documentos de Habilitação”, salvo quanto a Certidão e/ou Declaração de enquadramento de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte – EPP.

8.5.4. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, serão inabilitadas.

8.5.5. O envelope de Habilitação desta licitação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação do resultado da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

9. DA SESSÃO DE JULGAMENTO

9.1. Os participantes do Pregão deverão comparecer com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário previsto para o início da sessão.

9.1.1. Nas sessões de licitação, além do Pregoeiro, somente os representantes credenciados terão direito de usar a palavra, analisar e rubricar a documentação e as propostas dos demais licitantes, assinar a Ata e desistir ou requerer prazo para interposição de recursos.



9.1.2. A critério do Pregoeiro, sempre que o quantitativo de representantes credenciados ultrapassar o número de 05, poderá ser constituída uma Equipe de Licitantes composta por 05 (cinco) representantes, a fim de representá-las, analisando e rubricando a documentação de Habilitação e as Propostas de Preços, sem prejuízo no que tange ao direito de manifestação e de interposição de Recurso.

9.2. O Pregoeiro declarará aberta a sessão na data e hora pré-definidas no edital, não cabendo mais apresentação de envelopes.

9.3. Da sessão lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos e ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes.

9.4. O Pregoeiro solicitará a presença na sessão de um representante do setor solicitante, podendo diligenciar os autos, em qualquer fase, para emissão de parecer técnico ou jurídico.

9.5. Na sessão de entrega das propostas relativas ao objeto deste Pregão Presencial, o Pregoeiro receberá os 02 (dois) envelopes de cada proponente contendo, separadamente, a Proposta de Preços e documentação de Habilitação.

9.6. Após abertura das Propostas de Preços, as mesmas serão rubricadas pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e representantes credenciados.

9.6.1. A critério do Pregoeiro, a sessão poderá ser suspensa a fim de melhor analisar os documentos apresentados, sendo que nova sessão será imediatamente agendada, no ato da suspensão, para continuação do certame.

10. DA FASE DE LANCES

10.1. O Pregoeiro classificará a proposta de **menor preço** e aquelas que tenham apresentado valores superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor valor, para participarem dos lances verbais.

10.1.1. Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os valores oferecidos nas propostas apresentadas. Caso haja empate, as Propostas com preços empatados serão classificadas para a fase de lances verbais.

10.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

10.2.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Proceder-se-á da seguinte forma:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada deverá, na própria sessão de abertura das propostas, manifestar seu interesse de apresentar a proposta de desempate, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) apresentada Proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte o objeto licitado;

c) caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada deixe de apresentar proposta, as demais empresas em situação de empate poderão também apresentar suas propostas, respeitada a ordem de classificação;

d) no caso de empate das propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo de desempate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) Na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte com condição de desempate, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



11. DO JULGAMENTO

11.1. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2. A licitante inserida na condição de favorecida (ME/EPP), conforme a Lei Complementar nº 123/2006, e que apresente a proposta vencedora, terá o prazo de **02 (dois) dias úteis** para regularização de seus documentos, se for o caso, obedecendo ao disposto no art. 43, da citada lei complementar.

11.3. A licitante classificada detentora da Proposta de menor preço deverá encaminhar ao Pregoeiro sua Proposta de Preços **AJUSTADA AO PREÇO FINAL**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de abertura da sessão pública constante do preâmbulo, respeitando, sempre, o percentual dos custos apresentados na proposta inicial por item.

11.3.1. Caso a licitante não apresente a documentação no prazo estabelecido, poderá ser convocada a segunda colocada, sem prejuízo das sanções administrativas elencadas no item 15, do presente Edital.

11.4. Logo após a abertura dos envelopes de Habilitação, a critério do Pregoeiro, a sessão poderá ser suspensa a fim de melhor analisar os documentos apresentados, sendo que nova sessão será imediatamente agendada, no ato da suspensão, para continuação do certame.

11.4.1. Ocorrendo a suspensão ou havendo solicitação de prazo recursal, os envelopes contendo os documentos de Habilitação serão rubricados pelo Pregoeiro, membros da Equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes, ficando sob os cuidados do Pregoeiro até posterior julgamento.

11.5. No caso de **DESCLASSIFICAÇÃO** de todas as propostas ou **INABILITAÇÃO** de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá convocar todos os proponentes para, no prazo de **08 (oito) dias úteis**, apresentarem nova documentação, verificadas as causas que deram motivos à inabilitação ou desclassificação, conforme o disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

12. DO RECURSO

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, bem como na adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

12.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, a qual proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados junto à AL/TO.

12.6. O resultado do recurso será divulgado mediante comunicação direta aos licitantes, via ofício ou e-mail, e publicado no site www.al.to.gov.br, ícone "licitação".

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação a licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador de despesa.

13.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologação do procedimento licitatório.



14. DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Firmada a solicitação pelo setor requisitante, a empresa vencedora do certame será convocada para firmar o termo de Contrato, conforme minuta do Anexo II, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

14.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante pedido fundamentado e aceito pela Assembleia Legislativa.

14.1.2. Em caso de inobservância do presente item será (ão) aplicada(s) a(s) sanção (ões) prevista(s) no item 15, do presente Edital.

14.2. A Contratada deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no ato de assinatura do Contrato e durante o período de execução do objeto.

14.3. Caso o Adjudicatário do certame não apresente situação regular no ato da assinatura do Contrato, ou recuse-se a assiná-lo, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, após verificadas suas condições habilitatórias.

14.4. Fica facultado à Administração, quando o vencedor não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances, após verificadas suas condições habilitatórias.

14.5. Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 54 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, independentemente de transcrição.

14.6. As despesas correrão à conta da AL/TO, na seguinte **dotação orçamentária:**

14.6.1. Unidade Orçamentária: 10100 – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

14.6.2. Programa de Trabalho: 01.031.1038.2391.0000 – Manutenção de Serviços de Informática.

14.6.3. Natureza de Despesa: 3.3.90.39. Fonte de recursos 0100, do Tesouro Estadual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Pela **inexecução total ou parcial** das condições estabelecidas no Contrato, a AL/TO, garantida a prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) **ADVERTÊNCIA**, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) **MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA** no percentual de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A AL/TO**, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada **multa moratória de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.



15.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pela Diretoria de Área Orçamentária e Financeira da AL/TO dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

15.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela AL/TO, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A participação nesta licitação implica em **PLENA ACEITAÇÃO** dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas.

16.2. O Pregoeiro poderá promover e realizar tantas sessões e diligências quantas forem necessárias para a conclusão deste procedimento licitatório.

16.3. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.4. É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

16.5. O Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão, no interesse da Administração, relevar omissões e/ou incorreções puramente formais nas Propostas de Preços apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

16.6. A Administração reserva-se ao direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público ou por motivo de conveniência / oportunidade; ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, não cabendo aos licitantes o direito de indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da citada lei.

16.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa.

16.8. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Projeto básico.

Anexo II – Minuta de Contrato.

Modelo 1 – Declaração de cumprimento dos requisitos da habilitação e aceite das condições do edital.

Modelo 2 – Credenciamento.

Modelo 3 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Modelo 4 - Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação.

16.9. O Projeto básico fora elaborado pela Diretoria de Área de Tecnologia e Informática da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, sendo o citado termo devidamente assinado pelo seu diretor e aprovado pelo ordenador de despesa, constante de fls. 03 a 17, do presente processo nº. 00461/2013, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório. A Estimativa de Custos elaborada pela Diretoria de Serviços Administrativos.

16.10. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio dirimirão as dúvidas que suscitem deste Pregão, utilizando-se, no que couber as áreas técnicas e jurídica desta Casa de Leis, desde que arguidas até 02 dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, na Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (63) 3212-5121 ou via e-mail licitacoes@al.to.gov.br.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Palmas, 24 de setembro de 2013.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Pregoeiro

ANEXO I

Projeto básico

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Projeto básico, estabelecer as condições para a contratação de empresa para prestação de serviços de telecomunicações, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários (hardwares, softwares, instalações, configurações, e treinamentos) para a implementação de link de internet e dados, através de rede sem fio (wi-fi) nas dependências da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA nas quantidades Informadas neste projeto básico

2. JUSTIFICATIVA

A concepção, desenvolvimento e implantação do Projeto de rede sem fio foram definidos a partir de estudo prévio, realizado pela Diretoria de Área de Tecnologia e informática e denominado PB-REDE, no qual contempla as seguintes necessidades:

Oferecer uma solução integrada de comunicação de forma otimizada, com redução de custos. Para isto, serão utilizadas tecnologias de última geração, capazes de suportar a integração com os sistemas localizados nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins;

Sendo uma solução integrada, compreendendo uma rede via RÁDIO, trabalhando na frequência de 5,8 GHZ, utilizando tecnologias MESH , VPLS, BGP VPLS, CISCO BGP VPLS, BFD, BGP, MME, RIP E THE DUDE, com serviços de comunicação de dados, soluções de conectividade e suporte técnico, capaz de prover a operacionalização de Sistemas Transacionais, Sistemas de Informática, Sistemas Corporativos, Sistema de Gestão Empresarial, Sistema de Impressão, acessos às Bases de Dados Institucional, acesso a informações e serviços na WEB, videoconferência, comunicação corporativa através de tecnologia IP;

Reduzir os custos dos serviços de comunicação de redes e internet, atualmente praticados na Assembleia Legislativa implantando um modelo de gestão integrado para dados com indicadores e recursos para tratar do atendimento às reais necessidades da Assembleia Legislativa e de seus usuários, associando padronizações e configurações adequadas aos serviços prestados;

Ampliar e interiorizar a prestação dos serviços integrados de telemática adequando-os às necessidades da Assembleia Legislativa, que atualmente é limitada aos seus usuários, possibilitando assim, a disponibilidade dos serviços de internet aos visitantes;

Garantir a confidencialidade das comunicações efetuadas entre agentes públicos, através do uso de criptografia em todas as conexões efetuadas na REDE;

3. PROJETO DA REDE CORPORATIVA VIA RÁDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Pelos motivos já elencados, será contratada uma rede de dados através de uma rede IP de dados, via rádio, denominada REDE.

A REDE terá um ponto central, localizado na Assembleia Legislativa, doravante denominado Ponto de Acesso Principal - PAP.

A Segurança da rede é parte do projeto a ser contratado, sendo de responsabilidade da contratada a adequação da solução atualmente existente, para a arquitetura proposta da nova REDE, especialmente para segurança de tráfego.

Visando garantir interoperabilidade com outros sistemas ou com demais sistemas existentes, inclusive baseados em software livre deverá ser adotado obrigatoriamente o protocolo NV2 NSTREME 802.11.

A REDE será composta por:

Núcleo de rede que tem como característica principal o atendimento a Assembleia Legislativa com acessos de alta velocidade e níveis de serviços diferenciados, localizados na Diretoria de Área de Tecnologia e Informática, que será atendida através de rede via RÁDIO MIMO 2X2(SUPER POP) atualmente existente ou de enlaces de rádio especificados neste documento.

Internet que tem como objetivo principal fornecer acesso à rede mundial de computadores ao núcleo de rede e demais dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.



Todos os pontos de acesso terão equipamentos que seja capaz de tratar o tráfego de maneira diferenciada, dando a prioridade que este tráfego exige. Esse equipamento estará ligado a Rede MPLS de alguma operadora presente em Palmas, para formar a WAN (Wide Área Network).

Os itens a seguir descrevem as facilidades e funcionalidades mínimas que deverão fazer parte dos serviços contratados para as unidades classificadas como PAP da REDE.

Características do Link de internet:

Para possibilitar alta disponibilidade dos serviços, o link deverá ser fornecido em meio físico diferente dos já contratados pela Assembleia Legislativa e não poderá utilizar-se dos mesmos equipamentos, cabos e rotas dos referidos links (para verificação os interessados poderão tirar dúvidas durante visita técnica as dependências da Assembleia Legislativa ou por telefone – 063- 32125120);

O link deve ter velocidade 50 Mbps de comunicação de dados dedicado via rádio, com tecnologia Wireless;

Deve ter simetria na velocidade de downloads e uploads;

Possuir flexibilidade de velocidades;

Link de acesso exclusivo rádio digital;

Suporte técnico 24 horas e tempo de atendimento e reparo contratual;

IP's fixos e válidos disponíveis;

Quantidade de dados transmitidos garantidos dentro da rede;

Plataformas redundantes com alta disponibilidade.

4. PONTO DE ACESSO PRINCIPAL – PAP

O PAP será o Centro de Operações da REDE, do PAP partirá todas as conexões com os pontos de acesso. O PAP será o ponto central da REDE. O PAP será instalado no datacenter nas dependências da CONTRATANTE.

5. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS VIA RÁDIO

5.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar mão de obra especializada para, entre outros procedimentos e sob demanda, executar os procedimentos relativos à instalação de pontos e sua adequada operação junto ao sistema de comunicação de dados via rádio:

5.1.1- Vistoriar as redes internas nas dependências das Unidades da CONTRATANTE para levantamento de informações necessárias à instalação adequada dos equipamentos (e.g.: leiaute da sala de equipamentos, sistemas de energia, climatização, aterramento, entre outras informações);

5.1.2 - Instalar, configurar e testar os equipamentos da CONTRATANTE, bem como fornecer e instalar os materiais necessários (mastros, base de fixação, cabos, eletrodutos, canaletas, entre outros). Inclusive executar os serviços necessários à adequação das instalações elétricas, quando verificar quaisquer condições inadequadas nos aterramentos, riscos de danos por descargas atmosféricas e outras condições que possam prejudicar o correto funcionamento dos equipamentos;

5.1.3 - Os serviços de instalação dos equipamentos e materiais de que trata este item deverão ser concluídos num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da requisição, bem como deverá englobar, entre outros, quando necessário for:

a) alinhamento, para obtenção de melhor sinal de comunicação;

b) configuração e testes do equipamento, para comunicação adequada com os demais pontos da rede MPLS.

5.2- A CONTRATADA deverá realizar todos os testes de qualidade de comunicação do ponto com o referido Sistema de Comunicação, em observância às normas técnicas vigentes, com acompanhamento de técnico(s) da DIRIN, o(s) qual(is) ao considerar satisfatório o resultado dos testes dará aceite nos serviços.

6. CONFIGURAÇÃO

6.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar mão de obra especializada para, sob demanda, configurar e/ou modificar configurações dos equipamentos programáveis constituintes ou que vierem a constituir a rede MPLS, ou seja, determinar a estes equipamentos quando e o que fazer.

6.2 - Para instalação e configuração dos equipamentos, a Diretoria de Área de Tecnologia e informática- DIRIN informará:

a) os parâmetros para configuração do equipamento (classe de endereço IP, protocolo de roteamento);

b) os recursos (NAT, VPN, multicast, ACL, QoS, VLAN, etc.) a serem configurados;

6.3 - Após sua instalação e configuração, deverão ser passados a DIRIN as informações de logon (usuário e senha) para controle dos equipamentos.

7. CUSTOMIZAÇÃO

7.1 - A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra especializada para, sob demanda, dar suporte técnico e:

7.1.1 - implementar modificações adequadas às necessidades particulares da MPLS;

7.1.2 - adaptar a rede às características da MPLS para atender a situações específicas de forma objetiva;

7.1.3 - modificar a rede MPLS criando novas funcionalidades ou alterando as existentes, permitindo, assim, soluções sob medida, que aliam melhoria dos índices de qualidade e custos competitivos;

7.1.4 - A qualquer momento, a CONTRATANTE, por meio da DIRIN, poderá requerer a alteração da velocidade (throughput) ou de local de instalação dos materiais e equipamentos que compõem ou que vierem a compor o(s) Sistema(s) de Comunicação envolvido(s), ou seja, inclusive nos casos de implantação de novos pontos. Tais serviços deverão ser executados num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da requisição, à exceção dos serviços regulados pelas condições contidas nos itens acima, cujo prazo máximo é de 35 (trinta e cinco) dias.

7.2 - Todos os custos com instalações, reinstalações, configurações, reconfigurações, posicionamento e reposicionamento de equipamentos – rádios, antenas, racks e seu conteúdo, e outros componentes do(s) Sistema(s) de Comunicação envolvido(s), bem como fornecimento e instalação de materiais e de licenças, necessários à alteração da velocidade (throughput), à mudança de local de instalação, à instalação de novos pontos ou à atualização de softwares, correrão por conta da CONTRATADA.

7.3 - Na mudança de local dos equipamentos de um ponto já integrado ao Sistema de Comunicação de Dados via rádio, também deverão ser observadas as exigências constantes nos itens acima.

8. OTIMIZAÇÃO

8.1 - A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra especializada para, sob demanda, dar suporte técnico e implementar procedimentos para obtenção de resultados desejados, melhorando a qualidade e o desempenho da rede MPLS sem aumentar custos.

9. PLATAFORMA DE GERÊNCIA

9.1 - O fornecedor deverá implantar a plataforma de gerência com o NAGIOS e outros softwares livres de licença para toda a rede MPLS, sendo os softwares necessários para funcionamento da plataforma de gerência fornecidos pela CONTRATADA. A plataforma de gerência deverá ser instalada e configurada pela CONTRATADA em equipamento disponibilizado pela CONTRATANTE.

9.2 - A solução NAGIOS deverá ser utilizada para:

9.2.1 - manutenção lógica e o gerenciamento remoto de alarmes, parâmetros operacionais, configuração de taxa de acesso e outros;

9.2.2 - identificação de defeitos em equipamentos.

9.3 - A plataforma de gerência deverá ser customizada pela contratada de modo que a interface de usuário seja única para o operador, ou seja, que a gerência dos equipamentos das diversas marcas, tipos e modelos (Rádios, roteadores, switch, etc.) sejam gerenciados numa única plataforma de software e hardware.

9.4 - O(s) fornecedor(es) deverá(ão) acompanhar o desempenho de todo sistema de modo online, com a finalidade de garantir seu funcionamento correto, acompanhando as condições dos links e dos dispositivos, bem como ajustando as configurações de equipamentos de sua plataforma (ALVARION Breeze ACCESS VL, NODAL, ASSINANTE, etc.), objetivando a melhoria da sua operação, através de seu monitoramento:

a) Determinar as condições instantâneas de utilização;

b) Garantir que estão operando corretamente;

c) Manter registros históricos;

d) Realizar consultas regulares aos dispositivos (ping, SNMP get, etc.);

e) Observar o tráfego/serviços (coleta de tráfego da rede);

f) Garantir a segurança da rede.

9.5 - Condições de exceção para contabilização das falhas:

9.5.1 - Interrupções decorrentes de manutenção previamente acordada com 15 (quinze) dias de antecedência e que tenham duração máxima de 24 (vinte e quatro) horas;

9.5.2 - Operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos da CONTRATANTE e que não sejam de responsabilidade da CONTRATADA;



9.5.3 - Falha de equipamento da CONTRATADA ocasionada pela CONTRATANTE;

9.5.4 - Impedimento do acesso de pessoal técnico da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para fins de manutenção ou restabelecimento dos serviços contratados.

9.6 - A taxa máxima de erro será de $1,0 \times 10^{-6}$, medido entre as portas seriais (ou equivalentes) das pontas A e B do circuito.

10. RÁDIOS PARA COMUNICAÇÃO DE DADOS

Cada ponto deverá ser equipado com um equipamento de comunicação com as seguintes características mínimas:

10.1. Taxa nominal de transmissão mínima de 300 Mbps.

10.2. Taxa real de transmissão mínima de 54 Mbps.

10.3. Trabalhar em frequência de 5,8 GHz (5,725 a 5,850 MHz).

10.4. Os equipamentos de transmissão deverão utilizar a modulação OFDM para permitir melhor aproveitamento espectral e situações de visada comprometida.

10.5. Suportar, no mínimo, uma repetição do sinal.

10.6. Permitir a priorização de tráfego por filas de prioridades.

10.7. Permitir acesso remoto via SSH ou http.

10.8. Deverá suportar atualização de software remotamente.

10.9. Os equipamentos de rádio a serem ofertados devem ser homologados pela ANATEL.

10.10. Alimentação Power Over Ethernet ou utilizando um injetor de alimentação, desde que permita uma instalação do mesmo em relação ao rádio de uma distância mínima de 80 metros.

10.11. Deverá ser fornecido em encapsulamento apropriado para instalações externas, integrando o rádio e antena no mesmo equipamento.

10.12. Suportar o Spanning Tree Protocol conforme padrão IEEE 802.1d.

10.13. Implementar criptografia WPA2 com TKIP e AES.

10.14. Deverão ser do tipo com antena integrada de 25 dBi ou, quando houver necessidade, deverão permitir a instalação de antena externa. Neste caso deve acompanhar a antena externa.

10.15. Deverão permitir configuração de potência, taxa de transmissão e frequência remotamente via software.

10.16. Deverão operar no modo ponto-a-ponto ou ponto multiponto através de configuração de software.

10.17. Utilizar o mesmo rádio no papel de ponto de acesso ou ponto remoto através da simples configuração de software.

10.18. Deverão comunicar-se somente com a unidade remota especificada através de MAC ADDRESS ou outro endereço único de hardware de forma a garantir a segurança da transmissão entre os dois rádios que compõem o enlace.

10.19. Deverão permitir a variação na velocidade de transmissão do link para que o nível ótimo de velocidade/distância (alcance) seja alcançado.

10.20. Possuir leds externos de forma a indicar o nível de sinal recebido facilitando assim o alinhamento dos rádios sem a necessidade de outros dispositivos.

10.21. Conter duas portas Ethernet de forma a permitir o cascadeamento de rádios. As portas devem permitir a conexão de dados e a alimentação de até outros três rádios (a fonte de alimentação deverá ter potência suficiente para alimentar todos os rádios).

10.22. Suporte a mecanismo de QoS automático ou sob demanda para priorizar aplicações de áudio e vídeo em redes IP.

10.23. Implementar, no próprio rádio, funções de Roteamento e Firewall (PortForward, PortFilter, Controle de Banda, NAT)

10.24. Suporte a PPPoE, VLAN (802.1q)

10.25. Deverá informar estatísticas de funcionamento

10.26. Gerenciamento através de SNMP(MIB-II) e interface Web.

10.27. Permitir o tráfego de protocolos de tunelamento como VPN, PPTP, RSA.

11. TORRE

11.1. Devem acompanhar de acessórios como chumbadores, parafusos, porcas e pall-nuts, pino-base, âncoras, placas equalizadoras, esticadores, cabos de aço e grampos;

11.2. Deve possuir sistema de balizamento noturno composto de luminárias a prova de intempéries e relê fotoelétrico para acendimento automático das lâmpadas ao anoitecer;

11.3. Deve possuir suportes de antenas.



12. DURAÇÃO DO CONTRATO

O contrato terá início na data da assinatura e terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93.

13 .OBRIGAÇÕES PRÉVIAS E PRÉ-REQUISITOS

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer os equipamentos e serviços obedecendo às especificações e as quantidades previstas no Projeto Básico, pelo período de 12 meses;
- b) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- c) Manter, durante o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas;
- d) Promover a entrega dos bens e serviços no prazo, local e condições propostas na licitação e observar as normas adequadas relativas às embalagens, volumes, segurança, etc.;
- e) Arcar com todas as despesas de instalação dos equipamentos de radio de modo a garantir os sinais em todas as dependências da CONTRATANTE, inclusive material elétrico, fios tomadas, cabos, etc.;
- f) Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens e serviços descritos neste PB, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- g) Comunicar à Administração da CONTRATANTE, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos necessários;
- h) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto do contrato;
- i) Prestar garantia não inferior a 12 (doze) meses; com assistência ON-SITE, nas dependências da CONTRATANTE para todos os equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- j) Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, que deverão estar sendo produzidos em série na época da entrega;
- K) Entregar os equipamentos devidamente instalados no prazo máximo de 60 dias após a emissão da nota de empenho.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Promover o recebimento do objeto do presente e realizar o pagamento nos prazos fixados neste PB;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com a obrigação de fornecimento e instalação do material dentro das normas do contrato;
- c) Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis;
- d) Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- e) Fiscalizar através de agente especialmente designado o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- f) Designar um funcionário responsável pela fiscalização dos serviços, o qual deverá acompanhar o(s) técnico(s) da Contratada em todas as fases de execução dos serviços;
- g) Assegurar o livre acesso dos técnicos da CONTRATADA aos locais necessários ao cumprimento do objeto deste PB, respeitado o sistema de segurança da CONTRATADA;
- h) Dar imediatamente ciência a CONTRATADA sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- i) Atestar a execução dos serviços por meio do Fiscal do Contrato;
- j) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;



k) Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, cuidando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas o manuseiem.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com o fornecimento dos produtos e serviços de que trata o objeto deste, mediante a emissão de Nota de Empenho, está a cargo da dotação orçamentária constante no vigente orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, correndo a despesa por conta do Programa 0103110382391, fonte de recursos do Tesouro Estadual.

15. PAGAMENTO

A fatura da prestação mensal dos serviços deverá ser única e discriminada por tipo de serviço contratados, incluindo todos os detalhes pertinentes ao serviço em questão.

Até 15 dias após a emissão da nota Fiscal/Fatura, que será atestada pela Contratante, o pagamento será efetuado.

16. CONDIÇÕES DE ATIVAÇÃO

Todos os requisitos e condições constantes neste documento e seus anexos revestem-se de caráter obrigatório, devendo os participantes atendê-los integralmente.

No que se refere à questão de ativação e mudança de serviço, em locais que ofereçam dificuldades e/ou necessidade de elaboração de projetos específicos para viabilizar infraestrutura interna e externa, os prazos serão acordados entre as partes.

Caso a CONTRATADA necessite de acesso físico em local sob a responsabilidade da CONTRATANTE para a reparação ou disponibilização de qualquer serviço e o referido local encontre-se fechado, o prazo para reparação e/ou disponibilização do serviço ficará suspenso até que seja providenciado pela CONTRATANTE o referido acesso, sendo que o prazo começará a contar a partir deste momento.

17. SEGURANÇA

A CONTRATADA deverá se submeter e se adequar a todas as normas e padrões de segurança adotados pela CONTRATANTE.

Acordo de Confidencialidade

Todas as informações obtidas são consideradas confidenciais e não poderão ser divulgadas pela CONTRATADA, exceto àqueles funcionários que necessitam ter conhecimento das mesmas.

Esta cláusula não abrange informações que legalmente já estejam em poder da CONTRATADA, anteriormente às negociações que conduziram a este projeto básico e já sejam de conhecimento público ou que o venham a ser em data futura, sem violação desta cláusula, ou sejam divulgadas em virtude de lei ou ordem judicial, contanto que a contratante receba aviso sobre tal lei ou ordem. Deverá a CONTRATADA certificar-se de que seus funcionários estejam cientes das disposições desta cláusula.

Caso haja a necessidade de subcontratar um profissional, a CONTRATADA poderá revelar informações confidenciais desde que tal profissional concorde em assumir compromisso em termos similares às disposições desta cláusula.

As obrigações acima com relação à confidencialidade sobreviverão à rescisão deste contrato.

18. PREÇOS

A CONTRATADA deverá informar nas tabelas de preços do Anexo I, os valores a serem praticados na vigência do contrato. Os preços cotados deverão ser obrigatoriamente expressos em real (R\$) e deverão abranger todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, neles estando incluídos todos os impostos, taxas, mão de obra, equipamentos, materiais, peças, frete, seguro, manutenções, deslocamento de técnicos e diárias, obra civil e quaisquer outras, ressalvada a hipótese prevista no artigo 65, §5º, da Lei Nº 8.666/1993.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Os preços de todos os serviços deverão ser detalhados, com no mínimo as informações constantes das planilhas de preços estimados sob pena de desclassificação da proposta da LICITANTE. Será vencedor do certame A LICITANTE que apresentar o menor valor global para o somatório total dos preços.

Os preços praticados no contrato a ser firmado, durante o correspondente período, de forma a manter o equilíbrio financeiro da contratação, serão reajustados após 12(doze) meses e o índice a ser utilizado é o IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações, os quantitativos de contratação por endereço deverão seguir a seguinte modularidade mínima:

19. ESTIMATIVA DE CUSTO

Item	Descrição	Valor Mensal Unitário	Quant	Valor Mensal Total
1	Link 50 Mbps Rádio 5,8 Ghz	29.885,00	1	29.885,00
2	Ponto de Acesso			
	Ponto de Acesso Principal - PAP	240,00	1	240,00
	Ponto de Acesso e Distribuição	36,00	40	1.440,00
	Antena de Recepção do Sinal Internet	49,00	1	49,00
3	Pontos de conexão			
4	Pontos de roteadores e distribuição			
	Rack 8u	48,00	3	144,00
	Portas de switch	14,00	48	672,00
	Roteador 150 Mbps	18,00	40	720,00
5	Serviços de operação da REDE	29.811,00	1	29.811,00
	Valor Mensal Total			62.961,00

Palmas -TO, 04 de setembro de 2013.

Carlos Rogério Leão
Diretor de Área de Tecnologia e Informática

20. DO ENCARTE:

20.1. É parte integrante deste Projeto Básico o seguinte encarte:

Eu Deputado SANDOVAL CARDOSO, Presidente e Ordenador de Despesa da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, conforme disposto no inciso I parágrafo 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, e suas alterações, APROVO o Presente Projeto Básico, que visa estabelecer as condições para a contratação de empresa para prestação de serviços de telecomunicações, para a implementação de link de internet e dados, através de rede sem fio (wi-fi) nas dependências da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA para atender as necessidades da Casa.

Deputado SANDOVAL CARDOSO
Presidente



**ANEXO I AO PROJETO BÁSICO
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Item	Descrição	Valor Mensal Unitário	Quant	Valor Mensal Total
1	Link 50 Mbps Rádio 5,8 Ghz	0,00	1	0,00
2	Ponto de Acesso			
	Ponto de Acesso Principal - PAP	0,00	1	0,00
	Ponto de Acesso e Distribuição	0,00	40	0,00
	Antena de Recepção do Sinal Internet	0,00	1	0,00
3	Pontos de conexão			
4	Pontos de roteadores e distribuição			
	Rack 8u	0,00	1	0,00
	Portas de switch	0,00	48	0,00
	Roteador 150 Mbps	0,00	40	0,00
		0,00		0,00
5	Serviços de operação da REDE	0,00	1	0,00
	Valor Mensal Total			0,00

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N° ____/2013, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____ VISANDO A _____ (RESUMO DO OBJETO)

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n° _____, com sede na Praça dos Girassóis, S/N, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, neste ato representada pelo Senhor Deputado Sandoval Lôbo Cardoso, Presidente da AL/TO, conforme Ato n° _____.

CONTRATADA: pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n° _____, por seu Representante Legal, têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Contrato decorre da Adjudicação na forma da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, tudo constante do processo protocolado nesta Assembleia Legislativa, sob o n° _____, Pregão Presencial n.º 026/2013, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO E VALORES

2.1. Constitui objeto do presente _____, conforme especificações constantes no Edital e respectiva Proposta de Preços, parte integrante deste Contrato independente de transcrição, sendo:

Fornecedor:				
CNPJ:		Telefone:		
Endereço:				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL TOTAL
VALOR ESTIMADO MENSAL				
TOTAL ESTIMADO ANUAL				

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o fornecimento em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pela **CONTRATANTE**, com especial observância dos termos do instrumento da Licitação deste Contrato.

3.2. Os preços cotados deverão ser obrigatoriamente expressos em real (R\$) e deverão abranger todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, neles estando incluídos todos os impostos, taxas, mão de obra, equipamentos, materiais, peças, frete, seguro, manutenções, deslocamento de técnicos e diárias, obra civil e quaisquer outras, ressalvada a hipótese prevista no artigo 65, §5º, da Lei N° 8.666/1993.



3.3. A entrega dos serviços deverão ser de acordo com as especificações do Edital do Pregão e seus anexos, em local, quantidades e prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ (_____).

4.2. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução do avençado.

4.3. Quando notificada pela **CONTRATANTE** dentro do prazo de vigência deste instrumento, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do Contrato, mediante celebração de Termo Aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte da **CONTRATANTE**.

4.4. O reajuste das tarifas ocorrerá, após 12 meses, de acordo com o Índice de Serviço de Telecomunicações (IST), na forma e periodicidade regulamentadas pela Anatel e pelos demais dispositivos legais vigentes.

4.5. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

4.5.1. A fatura da prestação mensal dos serviços deverá ser única e discriminada por tipo de serviço contratados, incluindo todos os detalhes pertinentes ao serviço em questão. Até 15 dias após a emissão da nota Fiscal/Fatura, que será atestada pela Contratante, o pagamento será efetuado.

4.5.2. No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido será atualizado, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, com encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O Contrato a ser celebrado terá vigência 12(doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser renovado, conforme estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO E RECURSOS

6.1. As despesas correrão à conta da AL/TO, na seguinte **dotação orçamentária**.

6.1.1. **Unidade Orçamentária:** 10100 – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

6.1.2. **Programa de Trabalho:** 01.031.1038.2391.0000 – Manutenção de Serviços de Informática.

6.1.3. **Natureza de Despesa:** 3.3.90.39 . Fonte de recursos 0100, do Tesouro Estadual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Pela **inexecução total ou parcial** das condições estabelecidas no Contrato, a AL/TO, garantida a prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, poderá aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) **ADVERTÊNCIA**, por escrito, quando a Contratada deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes;

b) **MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA** no percentual de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor global do Contrato – em caso de inexecução total, ou do valor correspondente à parte contratual não cumprida – inexecução parcial;

c) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A AL/TO**, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada **multa moratória de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

7.3. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido na conta bancária indicada pela Diretoria de Área Orçamentária e Financeira da AL/TO dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a respectiva notificação.

7.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, ela será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pela AL/TO, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1 A **CONTRATADA** ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela **CONTRATANTE**, que designará um servidor responsável pelo acompanhamento e execução dos serviços.

8.2. A existência de fiscalização da **CONTRATANTE** de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA** na prestação dos serviços a serem executados.

8.3. A **CONTRATANTE** poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da **CONTRATADA** que venha a causar embaraço à fiscalização, ou que adote procedimento incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, sempre atendido a conveniência administrativa no interesse da Administração.

9.2 Os motivos para rescisão do Contrato são os enumerados no art. 78 de Lei 8.666/93.

9.2.1 Também caberá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a **CONTRATADA** transferir o objeto, no todo ou em parte, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

9.3 Em qualquer hipótese de rescisão, à **CONTRATADA** caberá receber o valor mensal correspondente até a data da dissolução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS

10.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

10.2. Em caso algum, a **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



- 11.1.1.** Fornecer os equipamentos e serviços obedecendo às especificações e as quantidades previstas no Projeto Básico, pelo período de 12 meses;
- 11.1.2.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- 11.1.3.** Manter, durante o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas;
- 11.1.4.** Promover a entrega dos bens e serviços no prazo, local e condições propostas na licitação e observar as normas adequadas relativas às embalagens, volumes, segurança, etc.;
- 11.1.5.** Arcar com todas as despesas de instalação dos equipamentos de radio de modo a garantir os sinais em todas as dependências da CONTRATANTE, inclusive material elétrico, fios tomadas, cabos, etc.;
- 11.1.6.** Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens e serviços descritos no PB, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 11.1.7.** Comunicar à Administração da CONTRATANTE, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos necessários;
- 11.1.8.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto do contrato;
- 11.1.9.** Prestar garantia não inferior a 12 (doze) meses com assistência ON-SITE, nas dependências da CONTRATANTE para todos os equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 11.1.10.** Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, que deverão estar sendo produzidos em série na época da entrega;
- 11.1.11.** Entregar os equipamentos devidamente instalados no prazo máximo de 60 dias após a emissão da nota de empenho.

11.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.2.1.** Promover o recebimento do objeto do presente e realizar o pagamento nos prazos fixados no PB;
- 11.2.2.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com a obrigação de fornecimento e instalação do material dentro das normas do contrato;
- 11.2.3.** Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis;
- 11.2.4.** Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- 11.2.5.** Fiscalizar através de agente especialmente designado o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- 11.2.6.** Designar um funcionário responsável pela fiscalização dos serviços, o qual deverá acompanhar o(s) técnico(s) da Contratada em todas as fases de execução dos serviços;
- 11.2.7.** Assegurar o livre acesso dos técnicos da CONTRATADA aos locais necessários ao cumprimento do objeto do PB, respeitado o sistema de segurança da CONTRATADA;
- 11.2.8.** Dar imediatamente ciência a CONTRATADA sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 11.2.9.** Atestar a execução dos serviços por meio do Fiscal do Contrato;
- 11.2.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 11.2.11.** Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, cuidando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas o manuseiem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1. O presente Contrato fica vinculado aos termos e condições determinados no Edital do Pregão Presencial nº 026/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS

13.1. O presente instrumento, inclusive os casos omissos, regulam-se pela Lei de Licitações e Contratos administrativos (Lei Federal nº 8.666/1993).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

14.1. O servidor, e seu substituto, responsável pela respectiva Gestão e Fiscalização do presente Contrato será nomeado oportunamente, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente instrumento será publicado, em resumo, no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, que é condição indispensável para sua eficácia, consoante dispõe o artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Fica expressamente vedada à vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em **3 (três) vias de igual teor e forma**, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes CONTRATANTE e CONTRATADA.

Palmas (TO), dia ____ de _____ 2013.

CONTRATANTE
Dep. SANDOVAL LÔBO CARDOSO
Presidente AL/TO

CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1ª. Testemunha
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2a. Testemunha
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

MODELO 1

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E ACEITE DAS
CONDIÇÕES DO EDITAL.**

A empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, **DECLARA**, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para sua habilitação, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013**, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

DECLARAMOS, ainda, sob as penas da Lei, que:

- temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço e ao local de sua execução, necessárias à elaboração da proposta comercial, assumindo total responsabilidade por esse fato do local e, não nos encontramos impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão das penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

.....
(data)

(nome e assinatura do representante legal da empresa)

MODELO 2

CRENCIAMENTO

A empresa....., CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto à Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade Pregão Presencial Nº **026/2013**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para este certame.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa
com firma reconhecida em cartório

MODELO 3

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



MODELO 4

**DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO
(FAZ PARTE DA DOCUMENTAÇÃO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO)**

Palmas-TO,de de 2013.
Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º **026/2013**.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*discrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do § 2º do art. 32 e do art. 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, relativamente ao Edital em epígrafe.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa